



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8140 - Trabalho Completo - 14a Reunião da ANPEd – Sudeste (2020)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

## REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS ACADÊMICAS EM CONTEXTOS INDÍGENAS

Danielle Alves Martins - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MINAS GERAIS

### REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISAS ACADÊMICAS EM CONTEXTOS INDÍGENAS

Esta pesquisa de doutorado investiga questões acerca da relação entre os conhecimentos produzidos por professores indígenas que participaram de uma formação intercultural e as práticas educativas que os egressos compartilham em suas comunidades. Desde o início, tinha clareza do grande desafio que é uma não-indígena propor uma pesquisa com indígenas, pois, significa atuar em uma zona de fronteira entre modos de vida construídos em epistemologias diferentes. Além do desafio epistemológico, há um discurso não positivo dos indígenas em relação às pesquisas acadêmicas (TUHIWAI SMITH, 2016), pois para muitos pesquisa ainda é sinônimo de violência e de uma ferramenta de reforço para o racismo internalizado.

Ao propor esta pesquisa, fiquei muito atenta aos protocolos de autorização dos indígenas, pois era um terreno novo para mim e tenho a preocupação em colocar as vozes e as epistemologias indígenas no centro do processo de pesquisa, permitindo-me pensar outras formas de produção de conhecimento, para além das ocidentais. Esse é um posicionamento ético-político que busca descolonizar a pesquisa acadêmica, ou seja, estar ciente que manter as crenças e os métodos ocidentais como “a” verdadeira ciência marginaliza os métodos e as formas de conhecimentos indígenas (SIMONDS; CHRISTOPHER, 2013).

Nesse sentido, este artigo é uma reflexão sobre uma etapa da pesquisa que muitas vezes é secundarizada, que é o momento de negociação das pesquisadoras com lideranças e participantes da comunidade Pataxó de Barra Velha (BA), para construção do diálogo que viabilizou a realização da pesquisa. Portanto, objetivo fomentar o debate sobre as questões éticas e metodológicas de uma pesquisa com e por povos indígenas, na perspectiva de descolonização da pesquisa acadêmica.

Para tal reflexão, debruçamos sobre os contatos com professores egressos Pataxó, por WhatsApp e e-mail, e nas anotações dos diários de viagem e registros fotográficos da primeira visita ao campo, quando obtive a autorização para realização na comunidade.

O povo Pataxó pertence ao tronco linguístico Macro-jê e à grande família Maxakali e

está distribuídos em aproximadamente 41 aldeias nos estados de MG, RJ e BA. A Terra Indígena Pataxó de Barra Velha está localizada no extremo sul do estado da Bahia e possui 16 aldeias pertencentes ao município de Porto Seguro, sendo uma delas Barra Velha, chamada aldeia mãe (PONÇADA, 2018). Eles praticam uma educação escolar indígena diferenciada, com todos os professores indígenas e da comunidade. A relação da comunidade Pataxó de Barra Velha com a universidade que abriga esta pesquisa se estreitou a partir da entrada dos primeiros indígenas no curso de licenciatura intercultural, ofertado regularmente desde 2009.

Essa licenciatura desenvolve parte de suas atividades nos territórios indígenas. Além de professores, atuam no curso pós-graduandos, como bolsista, do qual eu faço parte. As viagens às aldeias para desenvolver atividades acadêmicas do curso são formadas por professores e bolsistas, fato que ocorreu em outubro de 2019, quando visitei o território. Essa visita foi também uma oportunidade para que me aproximasse da comunidade e conversasse com os professores, agora egressos do curso, e com as lideranças para negociar a autorização para realização da pesquisa. Durante uma semana tive a oportunidade para conversar com diversos representantes da comunidade, conhecer um pouco do cotidiano dela e andar por boa parte do território, podendo entender a forte relação que esses indígenas tem com a terra. Desde os primeiros contatos com um dos egressos, que eu já havia tido contato na universidade, ele avisou que era preciso ir à aldeia conversar com a comunidade e obter a autorização do cacique e das demais lideranças.

Assim que cheguei ao território, a primeira conversa foi com os professores egressos, convidados a participar da pesquisa. Após explicar qual era seu objetivo, eles gostaram da proposta, mas me orientaram sobre a necessidade de conversar com as demais lideranças para que eles próprios também autorizassem sua participação. A partir desse momento, os próprios professores me acompanharam às casas das lideranças para as conversas. A cada 'instância', eu explicava a origem da pesquisa, minha vinculação com os professores do curso e com os egressos, o desenho metodológico e a contribuição para a comunidade. Em seguida, eles narravam suas lutas pelo território, destacando os que estiveram à frente dela, as formas de sustento graças à relação com a terra e o mar, os desafios e conquistas da comunidade, apresentavam demandas para pesquisas e as preocupações em autorizá-la. Após quatro dias intensos de deslocamentos e reuniões na aldeia, realizadas em diferentes espaços físicos, obtive a autorização para a pesquisa que foi assinada pelo cacique.

Os relatos e questionamentos dos indígenas levantaram questões metodológicas para pesquisa em contextos interculturais, principalmente no que se refere a coletividade da vida indígena que me mostram a necessidade de revisar não só minhas referências de pesquisa, como as próprias questões que a guiavam. O modo como os professores egressos da licenciatura conduziram as negociações demarcam o quanto compartilhar práticas da cultura Pataxó era um requisito importante para um pesquisador não-indígena entender a força das vozes e corpos que atuam naquele território. Os deslocamentos no território para conversar com as lideranças e professores me mostravam como negociar uma pesquisa é um exercício coletivo de aproximação e avaliação de novos aliados. Podemos dizer que o processo de autorização foi ao mesmo tempo hierárquico, no sentido que foi concluído somente quando o cacique deu o aval, mas também coletivo, porque esse aval dependeu da anuência de outros, principalmente dos professores que atuam na Escola Indígena Pataxó de Barra Velha.

Para construção do desenho metodológico desta etapa da pesquisa e suas articulações foram requeridos protocolos que vão além da negociação para assinaturas de

documentos. Eles exigem uma escuta atenta da comunidade pelo pesquisador, que este conheça e experiencie os espaços e dinâmicas de vida de cada participante, assuma compromissos de luta, ou seja, compartilhe a coletividade indígena. Nessa mesma direção, destacamos o quanto, muitas vezes, os protocolos do comitê de ética em pesquisa acadêmica estão longe da realidade das práticas nas comunidades indígenas, onde vivem os participantes. Assim, infelizmente, quando impomos a condição de assinatura de um documento escrito, construído sob os valores enraizados em epistemologias ocidentais europeias, subjugamos a autonomia etnopolítica desse povo e reafirmamos a postura colonial a que historicamente eles viveram.

Assim, acredito que o processo de autorização de pesquisa em/com indígenas, tomado em uma perspectiva descolonial, constrói as interfaces metodológicas junto aos próprios participantes e diz muito sobre o tipo de pesquisa a ser desenvolvida. Pois é o engajamento do pesquisador estabelecendo um contato físico, estabelecendo compromissos de vida, parceria para enfrentar as lutas desses povos que verdadeiramente vão contar para a autorização de uma pesquisa (TUHIWAI SMITH, 2016).

**Palavras-chave:** Educação Escolar Indígena. Descolonização de pesquisas. Formação de professores.

## REFERÊNCIAS

PONÇADA, Adriele Braz. *Moytãxó'wã'y apekôy'txê ug iõp koxuk txóp kioiã tsa?hú upâ pataxi txó hãhãwré urauna'há makiame*: pinturas corporais e os grafismos dos objetos artesanais das aldeias do território Barra Velha. 2018. 52 f. Trabalho de Conclusão de Curso – UFMG, Belo Horizonte, 2018.

SIMONDS, Vanessa; CHRISTOPHER, Suzanne. Adapting Western Research Methods to Indigenous Ways of Knowing. *American Journal of Public Health*. v. 103, n. 12, dec. 2013. TUHIWAI SMITH, Linda. *A descolonizar las metodologías: investigación y pueblos indígenas*. 1ª edição. Santiago: Lon ediciones, 2016.